



Joana Jorge Mendes

Dezembro 2011

IMAGEM DE CAPA: FLORBELA OLIVEIRA, 2011

*"A imagem de uma cidade histórica pode ser restaurada, quer ao nível da sua silhueta e da sua composição volumétrica, quer no que se refere ao equilíbrio cromático harmonioso da sua paisagem urbana.*

*Os seus habitantes e turistas podem, não raras vezes, tirar partido da agradável presença de um jardim que complementa o charme dos seus monumentos e edifícios. O visitante é, assim, encorajado a prosseguir a sua visita à cidade que, desta forma, não se lhe apresenta 'mumificada', mas antes 'viva' e vigorosa."*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *Les Jardins et les Villes Historiques*, José Manuel González; Tradução de Magda Lucas

## PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

### ÍNDICE

- Paisagem Urbana Histórica.....1
- Anexos.....4

## PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

A Paisagem é uma porção do território tal como é vista pelos que nela passam. É o resultado da interacção do Homem e da Natureza.

*“A Paisagem desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego.*

*(...) A Paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural (...).*

*A paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana.”<sup>1</sup>*

A Paisagem Urbana Histórica é percebida como a união dos valores históricos, culturais e naturais de um território, muitas vezes designado como “centro histórico”, “cidade histórica” ou “casco antigo”. Compreende o ambiente construído (do passado e do presente), as infraestruturas (visíveis e não visíveis), os espaços verdes e o ambiente cultural, social e económico.

Ao longo dos anos os diversos organismos internacionais têm-se preocupado com a temática da protecção da paisagem e do património cultural. Das cartas internacionais de protecção e valorização do património e da paisagem é importante destacar as seguintes: a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987), a Convenção Europeia da Paisagem (2000) e a Recomendação para a Conservação da Paisagem Urbana Histórica (2011).

### Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington)

Em 1987 o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) aprovou a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. O documento *“define os princípios e objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, no sentido de favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade”*.<sup>2</sup>

É reforçada a ideia que a cidade histórica é uma imagem que resulta da conjugação dos valores históricos, culturais e naturais de um território (incluindo o ambiente construído, o ambiente natural e o ambiente cultural, social e económico).

<sup>1</sup> *Convenção Europeia da Paisagem*, Florença 20 de Outubro de 2000

<sup>2</sup> *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, ICOMOS, 1987

### Convenção Europeia da Paisagem

A Convenção Europeia da Paisagem, assinada pelos membros do Conselho da Europa em 2000 e transposta para a Lei Portuguesa em 2005 (decreto nº4/2005 de 14 de Fevereiro), pretende promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem, assente nos princípios do desenvolvimento sustentável.

*"Proteger o que é espectacular e o que a História nos deixou. Gerir da melhor maneira possível os locais "normais" onde vivemos. Reordenar esses locais onde a História nos deixou pouca coisa ou nada, ou onde aquilo que ficou foi apagado. Proteger, gerir e ordenar: estes são os princípios básicos da Convenção Europeia da Paisagem".<sup>3</sup>*

Pretende-se que os seus princípios sejam aplicados, a nível local, no âmbito dos instrumentos de ordenamento do território, como meio de salvaguarda, gestão e ordenamento da paisagem.

No seguimento da aprovação da Convenção, foi criada uma associação internacional das autoridades locais e regionais que promovem a sua implementação: a RECEP-ENELC. Proporciona apoio técnico, científico e político aos seus membros para que melhor possam aplicar os princípios da Convenção.

### Recomendação para a Conservação da Paisagem Urbana Histórica

Em Maio de 2011 foi apresentada a Recomendação para a Conservação da Paisagem Urbana Histórica a ser aprovada em Assembleia Geral da UNESCO. A presente Recomendação pretende integrar os princípios das estratégias de conservação do património urbano com os princípios de desenvolvimento sustentável.

*"A paisagem histórica urbana é a área urbana entendida como resultado de uma sobreposição histórica de valores e atributos naturais, estendendo-se para além da noção de "centro histórico" ou "conjunto", incluindo, assim, um contexto urbano mais extenso e o seu enquadramento geográfico.*

*Este contexto mais amplo inclui, nomeadamente, a topografia do local, a sua geomorfologia, hidrologia e características naturais; o seu edificado, tanto histórico como contemporâneo; as suas infraestruturas ao nível térreo e subterrâneo; os seus espaços abertos e jardins; os seus padrões de utilização da terra e organização espacial; relações visuais e percepções; bem como todos os restantes elementos da estrutura urbana. Inclui ainda práticas e valores sociais e culturais, processos económicos e as dimensões intangíveis do património relacionadas com a diversidade e a identidade." <sup>4</sup>*

<sup>3</sup> Nós somos a Paisagem: compreender a Convenção Europeia da Paisagem, RECEP-ENELC e APAP, 2010

<sup>4</sup> Recommendation on the Conservation of the Historic Urban Landscape, UNESCO, 2011, Tradução de Magda Lucas

Todos estes documentos reforçam a ideia que a Paisagem (Urbana Histórica) corresponde à união do ambiente natural, construído, cultural, económico e social de um território, salientando a necessidade de uma política de salvaguarda, gestão e ordenamento da paisagem aplicadas aos instrumentos de Ordenamento do território, contando sempre com a participação de todos os actores da sociedade e procurando uma intervenção activa dos cidadãos.

Numa cidade como Coimbra reconhecida pelo elevado valor do seu património histórico e cultural, com uma Candidatura a Património Mundial da UNESCO a decorrer, as questões da preservação da paisagem urbana histórica devem ser ponderadas. Pensar na Cidade Histórica como uma interacção entre todos os elementos que a constituem- a paisagem- deverá ser um critério a seguir.

A Técnica Superior em Arquitectura Paisagista

(Joana Jorge Mendes)

## ANEXOS

- Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington)
  - Convenção Europeia da Paisagem
- Recomendação para a Conservação da Paisagem Urbana Histórica



~~património histórico. Os jardins históricos mais importantes poderão ser propostos para figurar na Lista do Património Mundial.~~

**Nota:**

~~Estas recomendações adequam-se ao conjunto dos jardins históricos do mundo. Esta Carta será posteriormente susceptível de complementos específicos aos diversos tipos de jardins, descrevendo de forma sucinta as suas tipologias.~~

## **CARTA DE WASHINGTON**

### **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987)**

#### **Preâmbulo e Definições**

Em resultado de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projecto deliberado, todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história, sendo, por esse facto, históricas.

A presente carta diz respeito, mais precisamente, às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos, com o seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade como documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. Ora, estas estão ameaçadas pela degradação, desestruturação ou destruição, consequência de um tipo de urbanismo nascido na industrialização e que atinge hoje universalmente todas as sociedades.

Face a esta situação muitas vezes dramática, que provoca perdas irreversíveis de carácter cultural, social e mesmo económico, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) considerou necessário redigir uma "Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas" .

Completando a "Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios" (Veneza 1964), este novo texto define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, no sentido de favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade.

Como no texto da Recomendação da UNESCO "relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea " (Varsóvia-Nairobi 1976), assim como noutros diferentes instrumentos internacionais, entende-se por "salvaguarda das cidades históricas" as

medidas necessárias à sua protecção, conservação e restauro, assim como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

#### **Princípios e objectivos**

1. A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis.

2. Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

a) a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; b) as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;

c) a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

d) as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;

e) as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história.

Qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica.

3. A participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária consciencialização de todas as gerações. Não deve ser esquecido que a salvaguarda das cidades e dos bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes.

4. As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem realizar-se com prudência, método e rigor, evitando dogmatismos mas tendo sempre em conta os problemas específicos de cada caso particular .

#### **Métodos e Instrumentos**

5. O planeamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos pluridisciplinares. O plano de salvaguarda deve incluir uma análise dos dados, designadamente arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos, sociológicos e económicos, e definir as principais orientações e modalidades de acção a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro. O plano da salvaguarda deverá definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos no conjunto da cidade. O plano de salvaguarda deve determinar quais os edifícios ou grupos de edifícios a serem especialmente protegidos, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excepcionais, a serem demolidos. O estado em que se encontram os sítios antes de qualquer intervenção será rigorosamente documentado. O plano deveria beneficiar da adesão dos habitantes.

6. Enquanto não for adoptado um plano de salvaguarda, as acções necessárias à conservação devem ser tomadas no respeito pelos princípios e métodos da presente Carta e da Carta de Veneza.

7. A conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do parque edificado .

8. As novas funções e as redes de infraestruturas exigidas pela vida contemporânea devem adaptar-se às especificidades das cidades históricas.

9. A melhoria das habitações deve constituir um dos objectivos fundamentais da salvaguarda.

10. No caso de ser necessário efectuar transformações nos edifícios ou construir edifícios novos, qualquer operação deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente a sua rede viária e escala, como o impõem a qualidade e o carácter geral decorrente da qualidade e do valor do conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, desde que não perturbem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento.

11. É importante contribuir para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, favorecendo as investigações de arqueologia urbana e a apresentação adequada das descobertas arqueológicas.

12. A circulação de veículos deve ser rigorosamente regulamentada no interior das cidades ou dos bairros históricos; as zonas de estacionamento deverão ser dispostas de modo a não degradar o seu aspecto nem o seu ambiente envolvente.

13. As grandes redes viárias previstas no quadro do ordenamento do território não devem penetrar nas cidades históricas, mas apenas facilitar o tráfego na aproximação destas cidades e permitir-lhes um acesso fácil.

14. Devem adoptar-se medidas preventivas contra catástrofes naturais e contra quaisquer perturbações (designadamente poluição e vibrações), tanto para a conservação das cidades históricas como para a segurança e o bem estar dos seus habitantes. Os meios

empregues para prevenir ou reparar os efeitos das catástrofe devem estar adaptados ao carácter específico dos bens a salvaguardar .

15. Para assegurar a participação e a responsabilização dos habitantes, deve ser implementado um programa de informação geral começando a sua divulgação desde a idade escolar. A acção das associações de defesa do património deve ser favorecida, e devem ser adoptadas as medidas financeiras apropriadas para assegurar a conservação e o restauro do parque edificado.

16. A salvaguarda exige que seja ministrada uma formação especializada a todos os profissionais que nela participem.

Adoptada pela 8ª Assembleia-geral do ICOMOS, realizada em Washington em 1987.

**Стаття 5**  
**Умови в'їзду**

Посольство Португальської Республіки в Україні видаватиме працівникам робочу візу, термін дії якої відповідатиме строку дії трудового контракту, за винятком випадків, коли дія контрактів перевищуватиме один рік. В таких випадках робоча віза видаватиметься на один рік.

**Стаття 6**  
**Умови перебування**

1. До громадян України, які мігрують до Португальської Республіки в рамках цієї Угоди, застосовується чинне португальське законодавство про в'їзд, перебування, вїзд та видворення іноземних громадян з території Португальської Республіки.

2. Громадяни України зобов'язані стати на облік у Службі іноземців та кордонів Португальської Республіки протягом трьох робочих днів після їхнього прибуття до місця роботи на португальській території.

3. Після постановки громадянина України на облік роботодавець повинен сприяти реєстрації трудового контракту відповідно до законодавства Португальської Республіки.

4. Громадяни України, які бажають знаходитись в Португальській Республіці більший період часу, ніж це передбачено їхньою візою, можуть подати клопотання щодо продовження терміну свого перебування, якщо буде визнано, що вони мають для цього законні підстави.

**Стаття 7**  
**Загальні умови праці**

1. До громадян України, які мігрують до Португальської Республіки в рамках дії цієї Угоди, на території Португалії застосовуються такі самі умови винагородження та праці, якими користуються португальські громадяни, відповідно до положень законодавства, правил колективної праці, місцевих традицій і звичок, а також соціальні гарантії, передбачені португальським законодавством.

2. Вони також користуватимуться такими самими правами й захистом, який отримують громадяни Португальської Республіки згідно з чинним законодавством стосовно охорони здоров'я та безпеки праці.

3. Португальські органи влади слідкуватимуть, щоб положення, наведені у пунктах 1 та 2 цієї статті, виконувались.

4. Роботодавець зобов'язаний забезпечувати перебування громадянина України в Португальській Республіці та його повернення в Україну, якщо з його вини громадянин України не отримав робоче місце, на яке він мав трудовий контракт.

**Стаття 8**  
**Вирішення спорів**

Сторони намагатимуться вирішувати будь-які спори щодо тлумачення або застосування цієї Угоди шляхом проведення консультацій між службами, зазначеними в статті 2.

**Стаття 9**  
**Набуття чинності та внесення змін до Угоди**

1. Ця Угода набуває чинності на тридцятий день після отримання останнього повідомлення, яким одна із Сторін інформує іншу щодо виконання всіх необхідних внутрішньодержавних правових процедур.

2. До цієї Угоди за взаємною письмовою згодою Сторін можуть бути внесені зміни. Зміни набувають чинності відповідно до процедури, передбаченої у пункті 1 цієї статті.

**Стаття 10**  
**Терміни дії Угоди**

1. Ця Угода укладається терміном на п'ять років і її дія автоматично продовжується на наступні такі самі періоди, якщо жодна зі Сторін не припинить її дію.

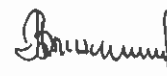
2. Кожна із Сторін може денонсувати цю Угоду, повідомивши дипломатичними каналами іншу Сторону за 180 днів до завершення встановленого терміну дії. В цьому випадку дія Угоди закінчиться на 180-й день після дати повідомлення.

3. У випадку денонсації цієї Угоди права, отримані в період її дії, залишаться в силі.

Вчинено в м. \_\_\_\_\_ "\_\_\_\_\_" \_\_\_\_\_ 200\_ року, в двох примірниках, українською та португальською мовами, при цьому обидва тексти є автентичними.

За Португальську Республіку

За Україну

**Decreto n.º 4/2005**  
**de 14 de Fevereiro**

Considerando fundamental, para alcançar o desenvolvimento sustentável, o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente;

Considerando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;

Considerando que Portugal assinou em Florença, em 20 de Outubro de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas inglesa e francesa e respectiva tradução em língua portuguesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 2004. — *Pedro Miguel de Santana Lopes* — *António José de Castro Bagão Félix* — *António Victor Martins Monteiro* — *Luís José de Mello e Castro Guedes*.

Assinado em 20 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendado em 26 de Janeiro de 2005.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

**EUROPEAN LANDSCAPE CONVENTION**

Preamble

The member States of the Council of Europe signatory hereto:

Considering that the aim of the Council of Europe is to achieve a greater unity between its members for the purpose of safeguarding and realising the ideals and principles which are their common heritage, and that this aim is pursued in particular through agreements in the economic and social fields;

Concerned to achieve sustainable development based on a balanced and harmonious relationship between social needs, economic activity and the environment;

Noting that the landscape has an important public interest role in the cultural, ecological, environmental and social fields, and constitutes a resource favourable to economic activity and whose protection, management and planning can contribute to job creation;

Aware that the landscape contributes to the formation of local cultures and that it is a basic component of the European natural and cultural heritage, contributing to human well-being and consolidation of the European identity;

Acknowledging that the landscape is an important part of the quality of life for people everywhere: in urban areas and in the countryside, in degraded areas as well as in areas of high quality, in areas recognised as being of outstanding beauty as well as everyday areas;

Noting that developments in agriculture, forestry, industrial and mineral production techniques and in regional planning, town planning, transport, infrastructure, tourism and recreation and, at a more general level, changes in the world economy are in many cases accelerating the transformation of landscapes;

Wishing to respond to the public's wish to enjoy high quality landscapes and to play an active part in the development of landscapes;

Believing that the landscape is a key element of individual and social well-being and that its protection, management and planning entail rights and responsibilities for everyone;

Having regard to the legal texts existing at international level in the field of protection and management of the natural and cultural heritage, regional and spatial planning, local self-government and transfrontier co-operation, in particular the Convention on the Conservation of European Wildlife and Natural Habitats (Bern, 19 September 1979), the Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe (Granada, 3 October 1985), the European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (revised) (Valletta, 16 January 1992), the European Outline Convention on Transfrontier Co-operation between Territorial Communities or Authorities (Madrid, 21 May 1980) and its additional protocols, the European Charter of Local Self-government (Strasbourg, 15 October 1985), the Convention on Biological Diversity (Rio, 5 June 1992), the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (Paris, 16 November 1972), and the Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-making and Access to Justice on Environmental Matters (Aarhus, 25 June 1998);

Acknowledging that the quality and diversity of European landscapes constitute a common resource, and that it is important to co-operate towards its protection, management and planning;

Wishing to provide a new instrument devoted exclusively to the protection, management and planning of all landscapes in Europe,

have agreed as follows:

## CHAPTER I

### General provisions

#### Article 1

##### Definitions

For the purposes of the Convention:

- a) «Landscape» means an area, as perceived by people, whose character is the result of the action and interaction of natural and/or human factors;
- b) «Landscape policy» means an expression by the competent public authorities of general principles, strategies and guidelines that permit the taking of specific measures aimed at the protection, management and planning of landscapes;
- c) «Landscape quality objective» means, for a specific landscape, the formulation by the competent public authorities of the aspirations of the public with regard to the landscape features of their surroundings;
- d) «Landscape protection» means actions to conserve and maintain the significant or characteristic features of a landscape, justified by its heritage value derived from its natural configuration and/or from human activity;
- e) «Landscape management» means action, from a perspective of sustainable development, to ensure the regular upkeep of a landscape, so as to guide and harmonise changes which are brought about by social, economic and environmental processes;
- f) «Landscape planning» means strong forward-looking action to enhance, restore or create landscapes.

#### Article 2

##### Scope

Subject to the provisions contained in article 15, this Convention applies to the entire territory of the Parties and covers natural, rural, urban and peri-urban areas. It includes land, inland water and marine areas. It concerns landscapes that might be considered outstanding as well as everyday or degraded landscapes.

#### Article 3

##### Aims

The aims of this Convention are to promote landscape protection, management and planning, and to organise European co-operation on landscape issues.

## CHAPTER II

### Nacional measures

#### Article 4

##### Division of responsibilities

Each Party shall implement this Convention, in particular articles 5 and 6, according to its own division

of powers, in conformity with its constitutional principles and administrative arrangements, and respecting the principle of subsidiarity, taking into account the European Charter of local Self-government. Without derogating from the provisions of this Convention, each Party shall harmonise the implementation of this Convention with its own policies.

#### Article 5

##### General measures

Each Party undertakes:

- a) To recognise landscapes in law as an essential component of people's surroundings, an expression of the diversity of their shared cultural and natural heritage, and a foundation of their identity;
- b) To establish and implement landscape policies aimed at landscape protection, management and planning through the adoption of the specific measures set out in article 6;
- c) To establish procedures for the participation of the general public, local and regional authorities, and other parties with an interest in the definition and implementation of the landscape policies mentioned in paragraph b) above;
- d) To integrate landscape into its regional and town planning policies and in its cultural, environmental, agricultural, social and economic policies, as well as in any other policies with possible direct or indirect impact on landscape.

#### Article 6

##### Specific measures

##### A) Awareness-raising

Each Party undertakes to increase awareness among the civil society, private organisations, and public authorities of the value of landscapes, their role and changes to them.

##### B) Training and education

Each Party undertakes to promote:

- a) Training for specialists in landscape appraisal and operations;
- b) Multidisciplinary training programmes in landscape policy, protection, management and planning, for professionals in the private and public sectors and for associations concerned;
- c) School and university courses which, in the relevant subject areas, address the values attaching to landscapes and the issues raised by their protection, management and planning.

##### C) Identification and assessment

1 — With the active participation of the interested parties, as stipulated in article 5, c), and with a view to improving knowledge of its landscapes, each Party undertakes:

- a):
  - i) To identify its own landscapes throughout its territory;
  - ii) To analyse their characteristics and the forces and pressures transforming them;
  - iii) To take note of changes;

- b) To assess the landscapes thus identified, taking into account the particular values assigned to them by the interested parties and the population concerned.

2 — These identification and assessment procedures shall be guided by the exchanges of experience and methodology, organised between the Parties at European level pursuant to article 8.

##### D) Landscape quality objectives

Each Party undertakes to define landscape quality objectives for the landscapes identified and assessed, after public consultation in accordance with article 5, c).

##### E) Implementation

To put landscape policies into effect, each Party undertakes to introduce instruments aimed at protecting, managing and/or planning the landscape.

### CHAPTER III

#### European co-operation

#### Article 7

##### International policies and programmes

Parties undertake to co-operate in the consideration of the landscape dimension of international policies and programmes, and to recommend, where relevant, the inclusion in them of landscape considerations.

#### Article 8

##### Mutual assistance and exchange of information

The Parties undertake to co-operate in order to enhance the effectiveness of measures taken under other articles of this Convention, and in particular:

- a) To render each other technical and scientific assistance in landscape matters through the pooling and exchange of experience, and the results of research projects;
- b) To promote the exchange of landscape specialists in particular for training and information purposes;
- c) To exchange information on all matters covered by the provisions of the Convention.

#### Article 9

##### Transfrontier landscapes

The Parties shall encourage transfrontier co-operation on local and regional level and, wherever necessary, prepare and implement joint landscape programmes.

#### Article 10

##### Monitoring of the implementation of the Convention

1 — Existing competent Committees of Experts set up under article 17 of the Statute of the Council of Europe shall be designated by the Committee of Ministers of the Council of Europe to be responsible for monitoring the implementation of the Convention.

2 — Following each meeting of the Committees of Experts, the Secretary General of the Council of Europe shall transmit a report on the work carried out and on the operation of the Convention to the Committee of Ministers.

3 — The Committees of Experts shall propose to the Committee of Ministers the criteria for conferring and the rules governing the Landscape award of the Council of Europe.

#### Article 11

##### Landscape award of the Council of Europe

1 — The Landscape award of the Council of Europe is a distinction which may be conferred on local and regional authorities and their groupings that have instituted, as part of the landscape policy of a Party to this Convention, a policy or measures to protect, manage and/or plan their landscape, which have proved lastingly effective and can thus serve as an example to other territorial authorities in Europe. The distinction may be also conferred on non-governmental organisations having made particularly remarkable contributions to landscape protection, management or planning.

2 — Applications for the Landscape award of the Council of Europe shall be submitted to the Committees of Experts mentioned in article 10 by the Parties. Trans-frontier local and regional authorities and groupings of local and regional authorities concerned, may apply provided that they jointly manage the landscape in question.

3 — On proposals from the Committees of Experts mentioned in article 10 the Committee of Ministers shall define and publish the criteria for conferring the Landscape award of the Council of Europe, adopt the relevant rules and confer the Award.

4 — The granting of the Landscape award of the Council of Europe is to encourage those receiving the award to ensure the sustainable protection, management and/or planning of the landscape areas concerned.

### CHAPTER IV

#### Final clauses

#### Article 12

##### Relationship with other instruments

The provisions of this Convention shall not prejudice stricter provisions concerning landscape protection, management and planning contained in other existing or future binding national or international instruments.

#### Article 13

##### Signature, ratification and entry into force

1 — This Convention shall be open for signature by the member States of the Council of Europe. It shall be subject to ratification, acceptance or approval. Instruments of ratification, acceptance or approval shall be deposited with the Secretary General of the Council of Europe.

2 — The Convention shall enter into force on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date on which ten member States

of the Council of Europe have expressed their consent to be bound by the Convention in accordance with the provisions of the preceding paragraph.

3 — In respect of any signatory State which subsequently expresses its consent to be bound by it, the Convention shall enter into force on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date of the deposit of the instrument of ratification, acceptance or approval.

#### Article 14

##### Accession

1 — After the entry into force of this Convention, the Committee of Ministers of the Council of Europe may invite the European Community and any European State which is not a member of the Council of Europe, to accede to the Convention by a majority decision as provided in article 20, *d*), of the Council of Europe Statute, and by the unanimous vote of the States parties entitled to hold seats in the Committee of Ministers.

2 — In respect of any acceding State, or the European Community in the event of its accession, this Convention shall enter into force on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date of deposit of the instrument of accession with the Secretary General of the Council of Europe.

#### Article 15

##### Territorial application

1 — Any State or the European Community may, at the time of signature or when depositing its instrument of ratification, acceptance, approval or accession, specify the territory or territories to which the Convention shall apply.

2 — Any Party may, at any later date, by declaration addressed to the Secretary General of the Council of Europe, extend the application of this Convention to any other territory specified in the declaration. The Convention shall take effect in respect of such territory on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date of receipt of the declaration by the Secretary General.

3 — Any declaration made under the two paragraphs above may, in respect of any territory mentioned in such declaration, be withdrawn by notification addressed to the Secretary General of the Council of Europe. Such withdrawal shall become effective on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date of receipt of the notification by the Secretary General.

#### Article 16

##### Denunciation

1 — Any Party may, at any time, denounce this Convention by means of a notification addressed to the Secretary General of the Council of Europe.

2 — Such denunciation shall become effective on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date of receipt of the notification by the Secretary General.

## Article 17

## Amendments

1 — Any Party or the Committees of Experts mentioned in article 10 may propose amendments to this Convention.

2 — Any proposal for amendment shall be notified to the Secretary General of the Council of Europe who shall communicate it to the member States of the Council of Europe, to the other Parties, and to any European non-member State which has been invited to accede to this Convention in accordance with the provisions of article 14.

3 — The Committees of Experts mentioned in article 10 shall examine any amendment proposed and submit the text adopted by a majority of three-quarters of the Parties' representatives to the Committee of Ministers for adoption. Following its adoption by the Committee of Ministers by the majority provided for article 20, d), of the Statute of the Council of Europe and by the unanimous vote of the States parties entitled to hold seats in the Committee of Ministers, the text shall be forwarded to the Parties for acceptance.

4 — Any amendment shall enter into force in respect of the Parties which have accepted it on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date on which three Council of Europe member States have informed the Secretary General of their acceptance. In respect of any Party which subsequently accepts it, such amendment shall enter into force on the first day of the month following the expiry of a period of three months after the date on which the said Party has informed the Secretary General of its acceptance.

## Article 18

## Notifications

The Secretary General of the Council of Europe shall notify the member States of the Council of Europe, any State or the European Community having acceded to this Convention, of:

- a) Any signature;
- b) The deposit of any instrument of ratification, acceptance, approval or accession;
- c) Any date of entry into force of this Convention in accordance with articles 13, 14 and 15;
- d) Any declaration made under article 15;
- e) Any denunciation made under article 16;
- f) Any proposal for amendment, any amendment adopted pursuant to article 17 and the date on which it comes into force;
- g) Any other act, notification, information or communication relating to this Convention.

In witness whereof the undersigned, being duly authorised thereto, have signed this Convention.

Done at Florence, this 20th day of October 2000, in English and in French, both texts being equally authentic, in a single copy which shall be deposited in the archives of the Council of Europe. The Secretary General of the Council of Europe shall transmit certified copies to each member State of the Council of Europe and to any State or to the European Community invited to accede to this Convention.

## CONVENTION EUROPEENNE DU PAYSAGE

## Préambule

Les Etats membres du Conseil de l'Europe, signataires de la présente Convention:

Considérant que le but du Conseil de l'Europe est de réaliser une union plus étroite entre ses membres, afin de sauvegarder et de promouvoir les idéaux et les principes qui sont leur patrimoine commun, et que ce but est poursuivi en particulier par la conclusion d'accords dans les domaines économique et social;

Soucieux de parvenir à un développement durable fondé sur un équilibre harmonieux entre les besoins sociaux, l'économie et l'environnement; Notant que le paysage participe de manière importante à l'intérêt général, sur les plans culturel, écologique, environnemental et social, et qu'il constitue une ressource favorable à l'activité économique, dont une protection, une gestion et un aménagement appropriés peuvent contribuer à la création d'emplois;

Conscients que le paysage concourt à l'élaboration des cultures locales et qu'il représente une composante fondamentale du patrimoine culturel et naturel de l'Europe, contribuant à l'épanouissement des êtres humains et à la consolidation de l'identité européenne;

Reconnaissant que le paysage est partout un élément important de la qualité de vie des populations: dans les milieux urbains et dans les campagnes, dans les territoires dégradés comme dans ceux de grande qualité, dans les espaces remarquables comme dans ceux du quotidien;

Notant que les évolutions des techniques de productions agricole, sylvicole, industrielle et minière et des pratiques en matière d'aménagement du territoire, d'urbanisme, de transport, de réseaux, de tourisme et de loisirs, et, plus généralement, les changements économiques mondiaux continuent, dans beaucoup de cas, à accélérer la transformation des paysages;

Désirant répondre au souhait du public de jouir de paysages de qualité et de jouer un rôle actif dans leur transformation;

Persuadés que le paysage constitue un élément essentiel du bien-être individuel et social, et que sa protection, sa gestion et son aménagement impliquent des droits et des responsabilités pour chacun;

Ayant à l'esprit les textes juridiques existant au niveau international dans les domaines de la protection et de la gestion du patrimoine naturel et culturel, de l'aménagement du territoire, de l'autonomie locale et de la coopération transfrontalière, notamment la Convention relative à la conservation de la vie sauvage et du milieu naturel de l'Europe (Berne, 19 septembre 1979), la Convention pour la sauvegarde du patrimoine architectural de l'Europe (Grenade, 3 octobre 1985), la Convention européenne pour la protection du patrimoine archéologique (révisée) (La Valette, 16 janvier 1992), la Convention-cadre européenne sur la coopération transfrontalière des collectivités ou autorités territoriales (Madrid, 21 mai 1980) et ses protocoles addi-



tionnels, la Charte européenne de l'autonomie locale (Strasbourg, 15 octobre 1985), la Convention sur la diversité biologique (Rio, 5 juin 1992), la Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel (Paris, 16 novembre 1972), et la Convention sur l'accès à l'information, la participation du public au processus décisionnel et l'accès à la justice en matière d'environnement (Aarhus, 25 juin 1998);  
Reconnaissant que la qualité et la diversité des paysages européens constituent une ressource commune pour la protection, la gestion et l'aménagement de laquelle il convient de coopérer;  
Souhaitant instituer un instrument nouveau consacré exclusivement à la protection, à la gestion et à l'aménagement de tous les paysages européens;

sont convenus de ce qui suit:

## CHAPITRE I

### Dispositions générales

#### Article 1

##### Définitions

Aux fins de la présente Convention:

- a) «Paysage» désigne une partie de territoire telle que perçue par les populations, dont le caractère résulte de l'action de facteurs naturels et/ou humains et de leurs interrelations;
- b) «Politique du paysage» désigne la formulation par les autorités publiques compétentes des principes généraux, des stratégies et des orientations permettant l'adoption de mesures particulières en vue de la protection, la gestion et l'aménagement du paysage;
- c) «Objectif de qualité paysagère» désigne la formulation par les autorités publiques compétentes, pour un paysage donné, des aspirations des populations en ce qui concerne les caractéristiques paysagères de leur cadre de vie;
- d) «Protection des paysages» comprend les actions de conservation et de maintien des aspects significatifs ou caractéristiques d'un paysage, justifiées par sa valeur patrimoniale émanant de sa configuration naturelle et/ou de l'intervention humaine;
- e) «Gestion des paysages» comprend les actions visant, dans une perspective de développement durable, à entretenir le paysage afin de guider et d'harmoniser les transformations induites par les évolutions sociales, économiques et environnementales;
- f) «Aménagement des paysages» comprend les actions présentant un caractère prospectif particulièrement affirmé visant la mise en valeur, la restauration ou la création de paysages.

#### Article 2

##### Champ d'application

Sous réserve des dispositions de l'article 15, la présente Convention s'applique à tout le territoire des Parties et porte sur les espaces naturels, ruraux, urbains

et périurbains. Elle inclut les espaces terrestres, les eaux intérieures et maritimes. Elle concerne, tant les paysages pouvant être considérés comme remarquables, que les paysages du quotidien et les paysages dégradés.

#### Article 3

##### Objectifs

La présente Convention a pour objet de promouvoir la protection, la gestion et l'aménagement des paysages, et d'organiser la coopération européenne dans ce domaine.

## CHAPITRE II

### Mesures nationales

#### Article 4

##### Répartition des compétences

Chaque Partie met en œuvre la présente Convention, en particulier ses articles 5 et 6, selon la répartition des compétences qui lui est propre, conformément à ses principes constitutionnels et à son organisation administrative, et dans le respect du principe de subsidiarité, en tenant compte de la Charte européenne de l'autonomie locale. Sans déroger aux dispositions de la présente Convention chaque Partie met en œuvre la présente Convention en accord avec ses propres politiques.

#### Article 5

##### Mesures générales

Chaque Partie s'engage:

- a) À reconnaître juridiquement le paysage en tant que composante essentielle du cadre de vie des populations, expression de la diversité de leur patrimoine commun culturel et naturel, et fondement de leur identité;
- b) À définir et à mettre en œuvre des politiques du paysage visant la protection, la gestion et l'aménagement des paysages par l'adoption des mesures particulières visées à l'article 6;
- c) À mettre en place des procédures de participation du public, des autorités locales et régionales, et des autres acteurs concernés par la conception et la réalisation des politiques du paysage mentionnées à l'alinéa b) ci-dessus;
- d) À intégrer le paysage dans les politiques d'aménagement du territoire, d'urbanisme et dans les politiques culturelle, environnementale, agricole, sociale et économique, ainsi que dans les autres politiques pouvant avoir un effet direct ou indirect sur le paysage.

#### Article 6

##### Mesures particulières

##### A) Sensibilisation

Chaque Partie s'engage à accroître la sensibilisation de la société civile, des organisations privées et des autorités publiques à la valeur des paysages, à leur rôle et à leur transformation.

## B) Formation et éducation

Chaque Partie s'engage à promouvoir:

- a) La formation de spécialistes de la connaissance et de l'intervention sur les paysages;
- b) Des programmes pluridisciplinaires de formation sur la politique, la protection, la gestion et l'aménagement du paysage, destinés aux professionnels du secteur privé et public et aux associations concernés;
- c) Des enseignements scolaire et universitaire abordant, dans les disciplines intéressées, les valeurs attachées au paysage et les questions relatives à sa protection, à sa gestion et à son aménagement.

## C) Identification et qualification

1 — En mobilisant les acteurs concernés conformément à l'article 5, c), et en vue d'une meilleure connaissance de ses paysages, chaque Partie s'engage:

- a):
  - i) À identifier ses propres paysages, sur l'ensemble de son territoire;
  - ii) À analyser leurs caractéristiques ainsi que les dynamiques et les pressions qui les modifient;
  - iii) À en suivre les transformations;
- b) À qualifier les paysages identifiés en tenant compte des valeurs particulières qui leur sont attribuées par les acteurs et les populations concernés.

2 — Les travaux d'identification et de qualification seront guidés par des échanges d'expériences et de méthodologies, organisés entre les Parties à l'échelle européenne en application de l'article 8.

## D) Objectifs de qualité paysagère

Chaque Partie s'engage à formuler des objectifs de qualité paysagère pour les paysages identifiés et qualifiés, après consultation du public conformément à l'article 5, c).

## E) Mise en œuvre

Pour mettre en œuvre les politiques du paysage, chaque Partie s'engage à mettre en place des moyens d'intervention visant la protection, la gestion et/ou l'aménagement des paysages.

## CHAPITRE III

## Coopération européenne

## Article 7

## Politiques et programmes internationaux

Les Parties s'engagent à coopérer lors de la prise en compte de la dimension paysagère dans les politiques et programmes internationaux, et à recommander, le cas échéant, que les considérations concernant le paysage y soient incorporées.

## Article 8

## Assistance mutuelle et échange d'informations

Les Parties s'engagent à coopérer pour renforcer l'efficacité des mesures prises conformément aux articles de la présente Convention, et en particulier:

- a) À offrir une assistance technique et scientifique mutuelle par la collecte et l'échange d'expériences et de travaux de recherche en matière de paysage;
- b) À favoriser les échanges de spécialistes du paysage, notamment pour la formation et l'information;
- c) À échanger des informations sur toutes les questions visées par les dispositions de la présente Convention.

## Article 9

## Paysages transfrontaliers

1 — Les Parties s'engagent à encourager la coopération transfrontalière au niveau local et régional et, au besoin, à élaborer et mettre en œuvre des programmes communs de mise en valeur du paysage.

## Article 10

## Suivi de la mise en œuvre de la Convention

1 — Les Comités d'experts compétents existants, établis en vertu de l'article 17 du Statut du Conseil de l'Europe, sont chargés par le Comité des Ministres du Conseil de l'Europe, du suivi de la mise en œuvre de la Convention.

2 — Après chacune des réunions des Comités d'experts, le Secrétaire Général du Conseil de l'Europe transmet un rapport sur les travaux et le fonctionnement de la Convention au Comité des Ministres.

3 — Les Comités d'experts proposent au Comité des Ministres les critères d'attribution et le règlement d'un Prix du paysage du Conseil de l'Europe.

## Article 11

## Prix du paysage du Conseil de l'Europe

1 — Peuvent se voir attribuer le Prix du paysage du Conseil de l'Europe les collectivités locales et régionales et leurs groupements qui, dans le cadre de la politique de paysage d'une Partie à la présente Convention, ont mis en œuvre une politique ou des mesures visant la protection, la gestion et/ou l'aménagement durable de leurs paysages, faisant la preuve d'une efficacité durable et pouvant ainsi servir d'exemple aux autres collectivités territoriales européennes. La distinction pourra également être attribuée aux organisations non gouvernementales qui ont fait preuve d'une contribution particulièrement remarquable à la protection, à la gestion ou à l'aménagement du paysage.

2 — Les candidatures au Prix du paysage du Conseil de l'Europe seront transmises aux Comités d'experts visés à l'article 10 par les Parties. Les collectivités locales et régionales transfrontalières et les regroupements de collectivités locales ou régionales concernés peuvent être candidats, à la condition qu'ils gèrent ensemble le paysage en question.

3 — Sur proposition des Comités d'experts visés à l'article 10 le Comité des Ministres définit et publie les critères d'attribution du Prix du paysage du Conseil de l'Europe, adopte son règlement et décerne prix.

4 — L'attribution du Prix du paysage du Conseil de l'Europe doit conduire les sujets qui en sont titulaires à veiller à la protection, à la gestion et/ou à l'aménagement durables des paysages concernés.

## CHAPITRE IV

### Cluses finales

#### Article 12

##### Relations avec d'autres instruments

Les dispositions de la présente Convention ne portent pas atteinte aux dispositions plus strictes en matière de protection, de gestion ou d'aménagement des paysages contenues dans d'autres instruments nationaux ou internationaux contraignants qui sont ou entreront en vigueur.

#### Article 13

##### Signature, ratification, entrée en vigueur

1 — La présente Convention est ouverte à la signature des Etats membres du Conseil de l'Europe. Elle sera soumise à ratification, acceptation ou approbation. Les instruments de ratification, d'acceptation ou d'approbation seront déposés près du Secrétaire Général du Conseil de l'Europe.

2 — La Convention entrera en vigueur le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date à laquelle dix Etats membres du Conseil de l'Europe auront exprimé leur consentement à être liés par la Convention conformément aux dispositions du paragraphe précédent.

3 — Pour tout signataire qui exprimera ultérieurement son consentement à être lié par la Convention, celle-ci entrera en vigueur le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date de dépôt de l'instrument de ratification, d'acceptation ou d'approbation.

#### Article 14

##### Adhésion

1 — Après l'entrée en vigueur de la présente Convention, le Comité des Ministres du Conseil de l'Europe pourra inviter la Communauté européenne et tout Etat européen non membre du Conseil de l'Europe à adhérer à la Convention, par une décision prise à la majorité prévue à l'article 20, *d*), du Statut du Conseil de l'Europe, et à l'unanimité des Etats Parties ayant le droit de siéger au Comité des Ministres.

2 — Pour tout Etat adhérent ou pour la Communauté européenne en cas d'adhésion, la présente Convention entrera en vigueur le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date de dépôt de l'instrument d'adhésion près du Secrétaire Général du Conseil de l'Europe.

#### Article 15

##### Application territoriale

1 — Tout Etat ou la Communauté européenne peuvent, au moment de la signature ou au moment du dépôt

de leur instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion, désigner le ou les territoires auxquels s'appliquera la présente Convention.

2 — Toute Partie peut, à tout moment par la suite, par une déclaration adressée au Secrétaire Général du Conseil de l'Europe, étendre l'application de la présente Convention à tout autre territoire désigné dans la déclaration. La Convention entrera en vigueur à l'égard de ce territoire le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date de réception de la déclaration par le Secrétaire Général.

3 — Toute déclaration faite en vertu des deux paragraphes précédents pourra être retirée en ce qui concerne tout territoire désigné dans cette déclaration, par notification adressée au Secrétaire Général du Conseil de l'Europe. Le retrait prendra effet le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date de réception de la notification par le Secrétaire Général.

#### Article 16

##### Dénonciation

1 — Toute Partie peut, à tout moment, dénoncer la présente Convention en adressant une notification au Secrétaire Général du Conseil de l'Europe.

2 — La dénonciation prendra effet le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date de réception de la notification par le Secrétaire Général.

#### Article 17

##### Amendements

1 — Toute Partie ou les Comités d'experts visés à l'article 10 peuvent proposer des amendements à la présente Convention.

2 — Toute proposition d'amendement est notifiée au Secrétaire Général du Conseil de l'Europe qui la communique aux Etats membres du Conseil de l'Europe, aux autres Parties et à chaque Etat européen non membre qui a été invité à adhérer à la présente Convention conformément aux dispositions de l'article 14.

3 — Toute proposition d'amendement est examinée par les Comités d'experts visés à l'article 10 qui soumettent le texte adopté à la majorité des trois quarts des représentants des Parties au Comité des Ministres pour adoption. Après son adoption par le Comité des Ministres à la majorité prévue à l'article 20, *d*), du Statut du Conseil de l'Europe et à l'unanimité des représentants des Etats Parties ayant le droit de siéger au Comité des Ministres, le texte est transmis aux Parties pour acceptation.

4 — Tout amendement entre en vigueur à l'égard des Parties qui l'ont accepté le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date à laquelle trois Parties membres du Conseil de l'Europe auront informé le Secrétaire Général qu'elles l'ont accepté. Pour toute autre Partie qui l'aura accepté ultérieurement, l'amendement entrera en vigueur le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois après la date à laquelle ladite Partie aura informé le Secrétaire Général de son acceptation.

#### Article 18

##### Notifications

Le Secrétaire Général du Conseil de l'Europe notifiera aux Etats membres du Conseil de l'Europe, à tout

Etat ou la Communauté européenne ayant adhéré à la présente Convention:

- a) Toute signature;
- b) Le dépôt de tout instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion;
- c) Toute date d'entrée en vigueur de la présente Convention conformément aux articles 13, 14 et 15;
- d) Toute déclaration faite en vertu de l'article 15;
- e) Toute dénonciation faite en vertu de l'article 16;
- f) Toute proposition d'amendement, ainsi que tout amendement adopté conformément à l'article 17 et la date à laquelle cet amendement entre en vigueur;
- g) Tout autre acte, notification, information ou communication ayant trait à la présente Convention.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé la présente Convention.

Fait à Florence, le 20 octobre 2000, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera déposé dans les archives du Conseil de l'Europe. Le Secrétaire Général du Conseil de l'Europe en communiquera copie certifiée conforme à chacun des Etats membres du Conseil de l'Europe ainsi qu'à tout Etat ou à la Communauté européenne invités à adhérer à la présente Convention.

## CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM

### Preâmbulo

Os membros do Conselho da Europa signatários da presente Convenção:

Considerando que o objectivo do Conselho da Europa é alcançar uma maior unidade entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum, e que este objectivo é prosseguido em particular através da conclusão de acordos nos domínios económico e social;

Preocupados em alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente;

Constatando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;

Conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia;

Reconhecendo que a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana;

Constatando que as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do

território, do urbanismo, dos transportes, das infra-estruturas, do turismo, do lazer e, de modo mais geral, as alterações na economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens;

Desejando responder à vontade das populações de usufruir de paisagens de grande qualidade e de desempenhar uma parte activa na sua transformação;

Persuadidos de que a paisagem constitui um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua protecção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão;

Tendo presente os textos jurídicos existentes ao nível internacional nos domínios da protecção e gestão do património natural e cultural, no ordenamento do território, na autonomia local e cooperação transfronteiriça, nomeadamente a Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Berna, 19 de Setembro de 1979), a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Granada, 3 de Outubro de 1985), a Convenção para a Protecção do Património Arqueológico da Europa (revista) (Valletta, 16 de Janeiro de 1992), a Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades e Autoridades Territoriais (Madrid, 21 de Maio de 1980) e seus protocolos adicionais, a Carta Europeia da Autonomia Local (Estrasburgo, 15 de Outubro de 1985), a Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio, 5 de Junho de 1992), a Convenção Relativa à Protecção do Património Mundial Cultural e Natural (Paris, 16 de Novembro de 1972), e a Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Árhus, 25 de Junho de 1998);

Reconhecendo que as paisagens europeias, pela sua qualidade e diversidade, constituem um recurso comum, e que é importante cooperar para a sua protecção, gestão e ordenamento;

Desejando estabelecer um novo instrumento dedicado exclusivamente à protecção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias;

acordam no seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Definições

Para os efeitos da presente Convenção:

- a) «Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos;
- b) «Política da paisagem» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras

que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem;

- c) «Objectivo de qualidade paisagística» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;
- d) «Protecção da paisagem» designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana;
- e) «Gestão da paisagem» designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;
- f) «Ordenamento da paisagem» designa as acções com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

Sem prejuízo das disposições constantes do artigo 15.º, a presente Convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida quotidiana e a paisagens degradadas.

#### Artigo 3.º

##### Objectivos

A presente Convenção tem por objectivo promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio.

## CAPÍTULO II

### Medidas nacionais

#### Artigo 4.º

##### Repartição de competências

Cada uma das Partes aplica a presente Convenção, em especial os artigos 5.º e 6.º, de acordo com a sua própria repartição de competências em conformidade com os seus princípios constitucionais e organização administrativa, respeitando o princípio da subsidiariedade, e tendo em consideração a Carta Europeia da Autonomia Local. Sem derogar as disposições da presente Convenção, cada uma das Partes deve harmonizar a implementação da presente Convenção de acordo com as suas próprias políticas.

#### Artigo 5.º

##### Medidas gerais

Cada Parte compromete-se a:

- a) Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente

humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;

- b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adopção das medidas específicas estabelecidas no artigo 6.º;
- c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea b) anterior;
- d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem.

#### Artigo 6.º

##### Medidas específicas

##### A) Sensibilização

Cada uma das Partes compromete-se a incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações.

##### B) Formação e educação

Cada uma das Partes compromete-se a promover:

- a) A formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem;
- b) Programas de formação pluridisciplinar em política, protecção, gestão e ordenamento da paisagem, destinados a profissionais dos sectores público e privado e a associações interessadas;
- c) Cursos escolares e universitários que, nas áreas temáticas relevantes, abordem os valores ligados às paisagens e as questões relativas à sua protecção, gestão e ordenamento.

##### C) Identificação e avaliação

1 — Com a participação activa dos intervenientes, tal como estipulado no artigo 5.º, alínea c), e tendo em vista melhorar o conhecimento das paisagens, cada Parte compromete-se a:

- a):
  - i) Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
  - ii) Analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
  - iii) Acompanhar as suas transformações;
- b) Avaliar as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada.

2 — Os procedimentos de identificação e avaliação serão orientados por trocas de experiências e de metodologias, organizadas entre as Partes ao nível europeu, em conformidade com o artigo 8.º

**D) Objectivos de qualidade paisagística**

Cada uma das Partes compromete-se a definir objectivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública, em conformidade com o artigo 5.º, alínea c).

**E) Aplicação**

Tendo em vista a aplicação das políticas da paisagem, cada Parte compromete-se a estabelecer os instrumentos que visem a protecção, a gestão e ou o ordenamento da paisagem.

**CAPÍTULO III****Cooperação europeia****Artigo 7.º****Políticas e programas internacionais**

As Partes comprometem-se a cooperar para que a dimensão paisagística seja tida em conta nas políticas e nos programas internacionais e a recomendar, quando relevante, que estes incluam a temática da paisagem.

**Artigo 8.º****Assistência mútua e troca de informações**

As Partes comprometem-se a cooperar no sentido de melhorar a eficácia das medidas tomadas ao abrigo das disposições da presente Convenção e especificamente a:

- a) Prestar assistência técnica e científica mútua através da recolha e da troca de experiências e de resultados de investigação no domínio da paisagem;
- b) Promover a permuta de especialistas no domínio da paisagem, em especial para fins de formação e informação;
- c) Trocar informações sobre todas as matérias abrangidas pelas disposições da Convenção.

**Artigo 9.º****Paisagens transfronteiriças**

As Partes comprometem-se a encorajar a cooperação transfronteiriça ao nível local e regional e, sempre que necessário, a elaborar e implementar programas comuns de valorização da paisagem.

**Artigo 10.º****Monitorização da aplicação da Convenção**

1 — Os competentes *comités* de peritos existentes, estabelecidos ao abrigo do artigo 17.º do Estatuto do Conselho da Europa, são incumbidos pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa de acompanharem a aplicação da presente Convenção.

2 — Após a realização de cada reunião dos *comités* de peritos, o Secretário-Geral do Conselho da Europa apresenta um relatório sobre o trabalho desenvolvido e sobre o funcionamento da Convenção ao Comité de Ministros.

3 — Os *comités* de peritos propõem ao Comité de Ministros os critérios de atribuição e o regulamento de um Prémio da Paisagem do Conselho da Europa.

**Artigo 11.º****Prémio da Paisagem do Conselho da Europa**

1 — O Prémio da Paisagem do Conselho da Europa pode ser atribuído às autoridades locais e regionais e às associações por elas constituídas que, no quadro da política da paisagem de uma Parte signatária da presente Convenção, estabeleceram uma política ou medidas de protecção, gestão e ou ordenamento das suas paisagens, demonstrando ser eficazes do ponto de vista da sustentabilidade, podendo assim constituir um exemplo para as outras autoridades territoriais europeias. A distinção também pode ser atribuída a organizações não governamentais que tenham demonstrado contribuir de forma notável para a protecção, a gestão e ou o ordenamento da paisagem.

2 — As candidaturas ao Prémio da Paisagem do Conselho da Europa devem ser submetidas pelas Partes aos *comités* de peritos previstos no artigo 10.º As colectividades locais e regionais transfronteiriças e respectivas associações interessadas podem candidatar-se desde que administrem conjuntamente a paisagem em questão.

3 — Mediante proposta dos *comités* de peritos mencionados no artigo 10.º, o Comité de Ministros define e publica os critérios para a atribuição do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa, adopta o seu regulamento e atribui o Prémio.

4 — A atribuição do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa deve incentivar as entidades que dele são titulares a garantir a protecção, a gestão e ou o ordenamento sustentável das paisagens em causa.

**CAPÍTULO IV****Disposições finais****Artigo 12.º****Relação com outros instrumentos**

As disposições da presente Convenção não prejudicam a aplicação de disposições mais rigorosas relativas à protecção, à gestão e ou ao ordenamento da paisagem estabelecidas noutros instrumentos nacionais ou internacionais vinculativos, em vigor ou que entrem em vigor.

**Artigo 13.º****Assinatura, ratificação e entrada em vigor**

1 — A presente Convenção será aberta para assinatura por parte dos Estados membros do Conselho da Europa. Será submetida a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.

2 — A Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data na qual 10 Estados membros do Conselho da Europa tenham expressado o seu consentimento em vincular-se à Convenção em conformidade com as disposições do parágrafo anterior.

3 — Para qualquer Estado signatário que exprima posteriormente o seu consentimento em vincular-se à Convenção, esta entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

#### Artigo 14.º

##### Adesão

1 — Após a entrada em vigor da presente Convenção, o Comité de Ministros do Conselho da Europa pode convidar a Comunidade Europeia e qualquer outro Estado europeu que não seja membro do Conselho da Europa a aderir à Convenção por decisão tomada por maioria, como disposto no artigo 20.º, alínea d), do Estatuto do Conselho da Europa, e por voto unânime dos Estados Parte com assento no Comité de Ministros.

2 — Em relação a qualquer Estado aderente, ou em caso de adesão pela Comunidade Europeia, a Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data do depósito do instrumento de adesão junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.

#### Artigo 15.º

##### Aplicação territorial

1 — Qualquer Estado ou a Comunidade Europeia pode, no momento da assinatura ou quando do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, designar o território ou os territórios aos quais será aplicável a presente Convenção.

2 — Qualquer Parte pode, a qualquer momento, através de declaração dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, alargar a aplicação da presente Convenção a qualquer outro território designado na declaração. A Convenção entrará em vigor relativamente a esse território no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data da recepção da declaração pelo Secretário-Geral.

3 — Qualquer declaração realizada ao abrigo dos dois parágrafos anteriores pode ser retirada, relativamente a qualquer território designado nesta declaração, por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa. A desvinculação produz efeitos no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data da recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

#### Artigo 16.º

##### Denúncia

1 — Qualquer parte pode, a qualquer momento, denunciar a presente Convenção através de notificação dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa.

2 — A denúncia produz efeitos a partir do 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data da recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

#### Artigo 17.º

##### Emendas

1 — Qualquer Parte ou os *comités* de peritos mencionados no artigo 10.º podem propor emendas à presente Convenção.

2 — Qualquer proposta de emenda deve ser notificada ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, que a comunicará aos Estados membros do Conselho da Europa, às outras Partes e a cada Estado europeu não membro que tenha sido convidado a aderir à presente Convenção de acordo com o disposto no artigo 14.º

3 — Todas as propostas de emenda são examinadas pelos *comités* de peritos referidos no artigo 10.º, que submetem o texto adoptado por maioria de três quartos dos representantes das Partes ao Comité de Ministros para adopção. Após a sua adopção pelo Comité de Ministros pela maioria prevista no artigo 20.º, alínea d), do Estatuto do Conselho da Europa e por unanimidade dos representantes dos Estados Parte com assento no Comité de Ministros, o texto é transmitido às Partes para aceitação.

4 — Qualquer emenda entra em vigor para as Partes que a tenham aceite no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data em que três Estados membros do Conselho da Europa tenham informado o Secretário-Geral da sua aceitação. Relativamente a qualquer Parte que a aceite posteriormente, tal emenda entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data em que a referida Parte tenha informado o Secretário-Geral da sua aceitação.

#### Artigo 18.º

##### Notificações

O Secretário-Geral do Conselho da Europa notificará os Estados membros do Conselho da Europa, qualquer Estado ou a Comunidade Europeia, caso tenham aderido à presente Convenção:

- a) De qualquer assinatura;
- b) Do depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;
- c) De qualquer data de entrada em vigor da presente Convenção nos termos dos artigos 13.º, 14.º e 15.º;
- d) De qualquer declaração efectuada ao abrigo do artigo 15.º;
- e) De qualquer denúncia efectuada ao abrigo do artigo 16.º;
- f) De qualquer proposta de emenda, qualquer emenda adoptada em conformidade com o artigo 17.º e da data em que entrou em vigor;
- g) De qualquer outro acto, notificação, informação ou comunicação relativos à presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, assinaram a presente Convenção.

Feito em Florença no dia 20 de Outubro de 2000, em francês e inglês, fazendo ambos os textos igualmente fé, num único exemplar, o qual deve ser depositado nos arquivos do Conselho da Europa. O Secretário-Geral do Conselho da Europa transmitirá cópias certificadas a cada um dos Estados membros do Conselho da Europa, bem como a qualquer Estado ou à Comunidade Europeia convidados a aderir à presente Convenção.

**Intergovernmental Meeting of Experts (category II)  
related to a Draft recommendation on the conservation of  
the Historic urban landscape**

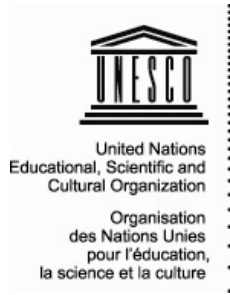
*Paris, UNESCO Headquarters, 25 - 27 May 2011, Room II*

REPORT

From 25 to 27 May 2011 an Inter-Governmental Meeting of Experts (category II) on the Historic Urban Landscape took place at UNESCO headquarters, in pursuance of General Conference Resolution 35C/42 (16 October 2009). According to the *Rules of Procedure concerning Recommendations to Member States and International Conventions*, the Member States were requested to submit their comments on the First Draft text to UNESCO by 25 December 2010 and these comments, incorporated in a Revised Draft text, were presented and discussed at the meeting with Representatives of Member States of UNESCO. On Friday 27 May a final Draft text of a new UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape was finalized and adopted by the Expert Meeting. This final Draft text will be submitted to UNESCO's General Conference, at its 36th session in October/November 2011, for adoption. This Final Draft text is included here.

Approximately 55 Member States participated in the Inter-Governmental Expert Meeting. On Friday 27 May during the afternoon a discussion took place on the inclusion of a glossary of terms, which should explain a number of technical terms appearing in the Final Draft text of the new Recommendation, as well as on the status of the accompanying Action Plan. It was agreed that the Action Plan should not form part of the new Recommendation, but be part of the Draft Resolution to be submitted by the Secretariat to the General Conference.





## RECOMMENDATION ON THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE

### Revised Draft

#### PREAMBLE

**Considering** that historic urban areas are among the most abundant and diverse manifestations of our common cultural heritage, shaped by generations and constituting a key testimony to humankind's endeavours and aspirations through space and time,

**Further considering** that urban heritage is for humanity a social, cultural and economic asset, defined by an historic layering of values that have been produced by successive and existing cultures and an accumulation of traditions and experiences, recognized as such in their diversity,

**Also considering** that urbanization is proceeding at an unprecedented scale in the history of humankind and that throughout the world this is driving socio-economic change and growth, which should be harnessed at the local, national, regional and international levels,

**Recognising**, the dynamic nature of living cities,

**Noting**, however, that rapid and frequently uncontrolled development is transforming urban areas and their settings, which may cause fragmentation and deterioration to urban heritage with deep impacts on community values, throughout the world.

**Considering**, therefore, that in order to support the protection of natural and cultural heritage, emphasis needs to be put on the integration of historic urban area conservation, management and planning strategies into local development processes and urban planning, such as, contemporary architecture and infrastructure

development, for which the application of a landscape approach would help maintain urban identity,

**Considering** that the principle of sustainable development provides for the preservation of existing resources, the active protection of urban heritage and its sustainable management is a condition *sine qua non* of development,

**Recalling** that a corpus of standard-setting documents, including conventions, recommendations and charters, exists on the subject of the conservation of historic areas<sup>1</sup>, all of which remain valid,

**Noting**, however, that under processes of demographic shifts, global market liberalization and decentralization, as well as mass tourism, market exploitation of heritage, and climate change, conditions have changed and cities are subject to development pressures and challenges not present at the time of adoption of the last UNESCO recommendation on historic areas in 1976 (i.e. the Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas),

**Further noting** the evolution of the concepts of culture and heritage and of the approaches to their management, through the combined action of local initiatives and international meetings<sup>2</sup>, which have been useful in guiding policies and practices worldwide,

---

<sup>1</sup> In particular the 1972 UNESCO Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, the 2005 UNESCO Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, the 1962 UNESCO Recommendation concerning the Safeguarding of the Beauty and Character of Landscapes and Sites, the 1968 UNESCO Recommendation concerning the Preservation of Cultural Property Endangered by Public or Private Works, the 1972 UNESCO Recommendation concerning the Protection, at National Level, of the Cultural and Natural Heritage, the 1976 UNESCO Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas; the 1964 ICOMOS International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (Venice Charter), the 1982 ICOMOS International Charter for Historic Gardens (Florence Charter), and the 1987 ICOMOS Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas (Washington Charter), the 2005 ICOMOS Xi'an Declaration, as well as the 2005 Vienna Memorandum.

<sup>2</sup> In particular the 1982 *World Conference on Cultural Policies* in Mexico City, the 1994 *Nara Meeting on Authenticity*, the 1995 summit of the *World Commission on Culture and Development*, the 1996 *HABITAT II Conference* in Istanbul with ratification of Agenda 21, the 1998 UNESCO *Intergovernmental Conference on Cultural Policies for Development* in Stockholm, the 1998 joint World Bank-UNESCO *Conference on Culture in Sustainable Development—Investing in Cultural and Natural Endowments*, the 2005 *International Conference on World Heritage and Contemporary Architecture in Vienna*, the 2005 ICOMOS *General Assembly on the Setting of Monuments and Sites* in Xi'an, and the 2008 ICOMOS *General Assembly on the Spirit of Place* in Québec.

**Desiring** to supplement and extend the application of the standards and principles laid down in existing international instruments,

**Having before it** proposals concerning the historic urban landscape as an approach to urban heritage conservation, which appear on the session's agenda as item [...]

**Having decided at** its thirty-fifth session that this issue should be addressed through a Recommendation to Member States,

**Adopts**, [this ... day of ... 2011], the present Recommendation. The General Conference recommends that Member States adopt the appropriate legislative institutional framework and measures, with a view to apply the principles and norms set out in this Recommendation in the territories under their jurisdiction.

The General Conference recommends that Member States bring this Recommendation to the attention of the local, national and regional authorities and of institutions, services or bodies and associations concerned with the safeguarding, conservation and management of historic urban areas and their wider geographical settings.

## **INTRODUCTION**

1. Our time is witness to the largest human migration in history. Now, more than half of the world's population lives in urban areas. Urban areas are increasingly important as engines of growth and as centres of innovation and creativity; they provide opportunities for employment and education and respond to people's evolving needs and aspirations.

2. Rapid and uncontrolled urbanization, however, may frequently result in social and spatial fragmentation and in a drastic deterioration of the quality of the urban environment and of the surrounding rural areas. Notably, this may be due to excessive building density, standardized and monotonous buildings, loss of public space and amenities, inadequate infrastructure, debilitating poverty, social isolation, and an increasing risk of climate-related disasters.

3. Urban heritage, including its tangible and intangible components, constitutes a key resource in enhancing the liveability of urban areas and fosters economic development and social cohesion in a changing global environment. As the future of humanity hinges on the effective planning and management of resources, conservation has become a strategy to achieve a balance between urban growth and quality of life on a sustainable basis.

4. In the course of the past half century, urban heritage conservation has emerged as an important sector of public policy worldwide. It is a response to the need to preserve shared values and to benefit from the legacy of history. However, the shift from an emphasis on architectural monuments primarily towards a broader recognition of the importance of the social, cultural and economic processes in the conservation of urban values, should be matched by a drive to adapt the existing policies and to create new tools to address this vision.

5. This Recommendation addresses the need to better integrate and frame urban heritage conservation strategies within the larger goals of overall sustainable development, in order to support public and private actions aimed at preserving and enhancing the quality of the human environment. It suggests a landscape approach for identifying, conserving and managing historic areas within their broader urban contexts, by considering the inter-relationships of their physical forms, their spatial organization and connection, their natural features and settings, and their social, cultural and economic values.

6. This approach addresses the policy, governance and management concerns involving a variety of stakeholders, including local, national, regional, international, public and private actors in the urban development process.

7. This Recommendation builds upon the four previous UNESCO Recommendations related to heritage preservation, recognizing the importance and the validity of their concepts and principles in the history and practice of conservation. In addition, modern conservation conventions and charters address the many dimensions of cultural and natural heritage and constitute the foundations for this Recommendation.

## **I. DEFINITION**

8. The historic urban landscape is the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting.

9. This wider context includes notably the site’s topography, geomorphology, hydrology and natural features; its built environment, both historic and contemporary; its infrastructures above and below ground; its open spaces and gardens, its land use patterns and spatial organization; perceptions and visual relationships; as well as all other elements of the urban structure. It also includes social and cultural practices and values, economic processes and the intangible dimensions of heritage as related to diversity and identity.

10. This definition provides the basis for a comprehensive and integrated approach for the identification, assessment, conservation and management of historic urban landscapes within an overall sustainable development framework.

11. The historic urban landscape approach aims at preserving the quality of the human environment, enhancing the productive and sustainable use of urban spaces while recognizing their dynamic character, and promoting social and functional diversity. It integrates the goals of urban heritage conservation and those of social and economic development. It is rooted in a balanced and sustainable relationship between the urban and natural environment, between the needs of present and future generations and the legacy from the past.

12. The historic urban landscape approach considers cultural diversity and creativity as key assets for human, social and economic development and provides tools to manage physical and social transformations and to ensure that contemporary interventions are harmoniously integrated with heritage in a historic setting and take into account regional contexts.

13. The historic urban landscape approach learns from the traditions and perceptions of local communities while respecting the values of the national and international communities.

## **II. CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE**

14. The existing UNESCO Recommendations recognize the important role of historic areas in modern societies. They also identify a number of specific threats to the conservation of historic areas and provide general principles, policies and guidelines to meet such challenges.

15. The historic urban landscape approach reflects the fact that the discipline and practice of urban heritage conservation have evolved significantly in recent decades, enabling policy-makers and managers to deal more effectively with new challenges and opportunities. The historic urban landscape approach supports communities in their quest for development and adaptation, while retaining the characteristics and values linked to their history, collective memory, and to the environment.

16. In the past decades, due to the sharp increase in the world's urban population, the scale and speed of development and the changing economy, urban settlements and their historic areas have become centres and drivers of economic growth in many regions of the world, and have taken on a new role in cultural and social life. As a result, they have also come under a large array of new pressures, including:

### *Urbanization and Globalization*

17. Urban growth is transforming the essence of many historic urban areas. Global processes have a deep impact on the values attributed by communities to urban areas and their settings, and on the perceptions and realities of inhabitants and users. On the one hand, urbanization provides economic, social and cultural opportunities that can enhance the quality of life and traditional character of urban areas; on the other hand, the unmanaged changes in urban density and growth can undermine the sense of place, integrity of the urban fabric, and the identity of communities. Some historic urban areas are losing their functionality, traditional role and populations. The historic urban landscape approach may assist in managing and mitigating such impacts.

### *Development*

18. Many economic processes offer ways and means to alleviate urban poverty and to promote social and human development. The greater availability of innovations, such as information technology and sustainable planning, design and building practices, can improve urban areas, thus enhancing the quality of life. When properly managed through the historic urban landscape approach, new functions such as services and tourism, are important economic initiatives that can contribute to the well-being of the communities and to the conservation of historic urban areas and their cultural heritage while ensuring economic and social diversity and the residential function. Failing to capture these opportunities leads to unsustainable and unviable cities, just as implementing them in an inadequate and inappropriate manner results in the destruction of heritage assets and irreplaceable losses for future generations.

### *Environment*

19. Human settlements have constantly adapted to climatic and environmental changes including those resulting from disasters. However, the intensity and speed of present changes are challenging our complex urban environments. Concern for the environment, in particular for water and energy consumption, calls for approaches and new models for urban living, based on ecologically sensitive policies and practices aiming at strengthening sustainability and the quality of urban life. Many of these initiatives, however, should integrate natural and cultural heritage as resources for sustainable development.

20. Changes to historic urban areas can also result from sudden disasters and armed conflicts. These may be short lived but can have lasting effects. The historic urban landscape approach may assist in managing and mitigating such impacts.

## **III. POLICIES**

21. Modern urban conservation policies, as reflected in existing international recommendations and charters, have set the stage for the preservation of historic urban areas. However, present and future challenges require the definition and implementation of a new generation of public policies identifying and protecting the historic layering and balance of cultural and natural values in urban environments.

22. Conservation of the urban heritage should be integrated in general policy planning and practices and those related to the broader urban context. Policies should provide mechanisms for balancing conservation and sustainability in the short- and long-term. Special emphasis should be placed on the harmonious, integration between the historic urban fabric and contemporary interventions. In particular, the responsibilities of the different stakeholders are the following:

a) Member States should integrate urban heritage conservation strategies into national development policies and agendas according to the historic urban landscape approach. Within this framework, local authorities should prepare urban development plans taking into account the area's values, including landscape and other heritage values, and their associated features.

b) Public and private stakeholders should cooperate *inter alia* through partnerships to ensure the successful application of the historic urban landscape approach.

c) International organizations dealing with sustainable development processes should integrate the historic urban landscape approach into their strategies, plans and operations.

d) National and international non-governmental organizations should participate in developing and disseminating tools and best practices for the implementation of the historic urban landscape approach.

23. All levels of government – local, national/federal, regional – aware of their responsibility, should contribute to the definition, elaboration, implementation and assessment of urban heritage conservation policies. These policies should be based on a participatory approach of all stakeholders and coordinated from both an institutional and sectorial viewpoint.

#### **IV. TOOLS**

24. The approach based on the historic urban landscape implies the application of a range of traditional and innovative tools adapted to local contexts. Some of these tools, which need to be developed as part of the process involving the different stakeholders, might include:



a) **Civic engagement tools** should involve a diverse cross-section of stakeholders and empower them to identify key values in their urban areas, develop visions that reflect their diversity, set goals, and agree on actions to safeguard their heritage and promote sustainable development. These tools, which constitute an integral part of urban governance dynamics, should facilitate intercultural dialogue by learning from communities about their histories, traditions, values, needs, and aspirations and by facilitating the mediation and negotiation between conflicting interests and groups.

b) **Knowledge and planning tools** should help protect the integrity and authenticity of the attributes of urban heritage. They should also allow for the recognition of cultural significance and diversity, and provide for the monitoring and management of change to improve the quality of life and of urban space. These tools would include documentation and mapping of cultural and natural characteristics. Heritage, social and environmental impact assessments should be used to support and facilitate decision-making processes within a framework of sustainable development.

c) **Regulatory systems** should reflect local conditions and may include legislative and regulatory measures aiming at the conservation and management of the tangible and intangible attributes of the urban heritage, including their social, environmental and cultural values. Traditional and customary systems should be recognized and reinforced as necessary.

d) **Financial tools** should aim to build capacities and support innovative income-generating development, rooted in tradition. In addition to government and global funds from international agencies, financial tools should be effectively employed to foster private investments at the local level. Micro credit and other flexible financing to support local enterprise, as well as a variety of models of partnerships, are also central to making the historic urban landscape approach financially sustainable.

## **V. CAPACITY-BUILDING, RESEARCH, INFORMATION AND COMMUNICATION**

25. Capacity-building should involve the main stakeholders: communities, decision-makers, and professionals and managers, in order to foster understanding of the historic urban landscape approach and its implementation. Effective capacity-building hinges on an active collaboration of these main stakeholders, aimed to adapt the

implementation of this Recommendation to regional contexts to define and refine the local strategies and objectives, action frameworks and resource mobilization schemes.

26. Research should target the complex layering of urban settlements, in order to identify values, understand their meaning for the communities and present them to visitors in a comprehensive manner. Academic and university institutions and other centres of research should be encouraged to develop scientific research on aspects of the historic urban landscape approach and cooperate at the local, national, regional and international level. It is essential to document the state of urban areas and their evolution, to facilitate the evaluation of proposals for change and to improve protective and managerial skills and procedures.

27. Encourage the use of information and communication technology to document, understand and present the complex layering of urban areas and their constituent components. The collection and analysis of this data is an essential part of the knowledge of urban areas. To communicate with all sectors of society, it is particularly important to reach out to youth and all underrepresented groups in order to encourage their participation.

## **VI. INTERNATIONAL COOPERATION**

28. Member States and international governmental and non-governmental organizations should facilitate public understanding and involvement in the implementation of the historic urban landscape approach, by disseminating best practices and lessons learned from different parts of the world, in order to strengthen the network of knowledge-sharing and capacity-building.

29. Member States should promote multinational cooperation between local authorities.

30. International development and cooperation agencies of Member States, non-governmental organisations and foundations, should be encouraged to develop methodologies which take into account the historic urban landscape approach and to harmonise them with their assistance programmes and projects pertaining to urban areas.



## **La réunion intergouvernementale d'experts (catégorie II) relative à un projet de recommandation sur la conservation des paysages urbains historiques**

*Paris, Siège de l'UNESCO, 25-27 mai 2011, Salle II*

### Rapport

Une réunion intergouvernementale d'experts (catégorie II) sur le Paysage urbain historique s'est tenue du 25 au 27 mai 2011 au Siège de l'UNESCO, suite à la **Résolution 35C/42** (16 octobre 2009) adoptée par la Conférence générale. Conformément au *Règlement relatif aux recommandations aux États membres et aux conventions internationales*, les États membres ont été invités à soumettre leurs commentaires sur le premier projet de texte avant le **25 décembre 2010**, et ces commentaires, intégrés dans le projet révisé de texte, ont été présentés et discutés lors de la réunion avec les représentants des États membres de l'UNESCO. Le vendredi 27 mai, le projet final du texte d'une nouvelle Recommandation de l'UNESCO sur le Paysage urbain historique a été finalisé et adopté par la réunion d'experts. Ce projet final sera soumis pour adoption à la Conférence générale de l'UNESCO lors de sa 36<sup>ème</sup> session qui aura lieu en octobre/novembre 2011. Le projet de texte final est ci-joint.

Environ 55 États membres a participé à la réunion intergouvernementale d'experts. Le vendredi 27 mai après-midi, la discussion a porté sur l'inclusion d'un glossaire terminologique qui devrait expliquer un certain nombre de termes techniques utilisés dans le premier projet de texte, ainsi que sur le statut du Plan d'action qui y était joint. Il a été décidé que le Plan d'action ne devrait pas faire partie de la nouvelle Recommandation, mais du projet de Résolution qui sera soumis par le Secrétariat à la Conférence générale.

## RECOMMANDATION SUR LE PAYSAGE URBAIN HISTORIQUE

### Projet de texte révisé

#### PREAMBULE

**Considérant** que les territoires urbains historiques comptent parmi les manifestations les plus abondantes et les plus diversifiées de notre patrimoine culturel commun, créés par des générations, et qu'ils constituent un témoignage essentiel des entreprises et des aspirations de l'humanité à travers l'espace et le temps,

**Considérant également** que le patrimoine urbain est, pour l'humanité, un atout social, culturel et économique, défini par une stratification historique de valeurs qui ont été produites par la succession de cultures existantes et une accumulation de traditions et d'expériences, reconnues comme telles dans leur diversité,

**Considérant en outre** que l'urbanisation se développe à une échelle sans précédent dans l'histoire de l'humanité, et que, partout dans le monde, cela engendre des changements socio-économiques et une croissance qui devraient être mis à profit aux niveaux local, national, régional et international,

**Reconnaissant** la nature dynamique des villes vivantes,

**Notant** toutefois qu'un développement rapide et souvent non maîtrisé transforme les territoires urbains et leur environnement, ce qui est susceptible d'entraîner une fragmentation et une détérioration du patrimoine urbain avec des répercussions profondes sur les valeurs des communautés à travers le monde entier,

**Considérant**, en conséquence, qu'afin de soutenir la protection du patrimoine naturel et culturel, il convient de mettre l'accent sur l'intégration des stratégies de conservation, de gestion et d'aménagement des territoires urbains historiques dans les processus de développement local et d'urbanisme, tels que l'architecture contemporaine et le développement d'infrastructures, pour lesquels l'application d'une approche fondée sur le paysage participerait au maintien de l'identité urbaine,

**Considérant** que le principe du développement durable prévoit la sauvegarde des ressources existantes, la protection active du patrimoine urbain et sa gestion durable est une condition *sine qua non* de ce développement,

**Rappelant** qu'un corpus de documents normatifs, à savoir des conventions, des recommandations et des chartes, existe sur la question de la conservation des territoires historiques<sup>1</sup>, et qui reste pertinent,

**Notant** cependant que du fait de changements démographiques, de la libéralisation des échanges mondiaux et de la décentralisation, ainsi que du tourisme de masse, de l'exploitation commerciale du patrimoine et des changements climatiques, les conditions ont changé et que les villes subissent les pressions du développement et sont confrontées à des problèmes inconnus lors de l'adoption de la dernière recommandation de l'UNESCO sur les ensembles historiques en 1976 (à savoir, la

---

<sup>1</sup> En particulier, la Convention de l'UNESCO pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel de 1972, la Convention de l'UNESCO sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles de 2005, la Recommandation de l'UNESCO concernant la sauvegarde de la beauté et du caractère des paysages et des sites de 1962, la Recommandation de l'UNESCO concernant la préservation des biens culturels mis en péril par les travaux publics ou privés de 1968, la Recommandation de l'UNESCO concernant la protection, sur le plan national, du patrimoine culturel et naturel de 1972, la Recommandation de l'UNESCO concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine de 1976, la Charte internationale de l'ICOMOS sur la conservation et la restauration des monuments et des sites (Charte de Venise) de 1964, la Charte des jardins historiques de l'ICOMOS (Charte de Florence) de 1982, et la Charte internationale de l'ICOMOS pour la sauvegarde des villes historiques (Charte de Washington) de 1987, la Déclaration de Xi'an de l'ICOMOS de 2005, ainsi que le Mémoire de Vienne de 2005.

Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine),

**Notant également** que la conception de la culture et du patrimoine et la façon de les gérer ont évolué grâce à l'action combinée des initiatives locales et des réunions internationales<sup>2</sup>, qui se sont révélées utiles pour orienter les politiques et les pratiques à travers le monde,

**Désirant** compléter et étendre l'application des normes et des principes énoncés dans ces instruments internationaux,

**Étant saisie** des propositions concernant le paysage urbain historique en tant qu'approche de la conservation du patrimoine urbain figurant à l'ordre du jour de la session sous le point [...],

**Ayant décidé**, à sa 35ème session, que cette question devrait prendre la forme d'une Recommandation aux États membres,

**Adopte**, [ce ... jour de ... 2011], la présente Recommandation. La Conférence générale recommande aux États membres d'adopter les cadres législatifs et institutionnels appropriés et des mesures visant à donner effet dans les territoires sous leur juridiction, aux principes et normes énoncés dans la présente Recommandation.

La Conférence générale recommande aux États membres de porter cette Recommandation à l'attention des autorités locales, nationales et régionales ainsi que des institutions, services ou organes et associations concernés par la sauvegarde, conservation, gestion et aménagement des territoires urbains historiques et de leur environnement géographique élargi.

---

<sup>2</sup> En particulier, la Conférence mondiale sur les politiques culturelles, en 1982 à Mexico, la Conférence de Nara sur l'authenticité en 1994, le Sommet de la Commission mondiale de la culture et du développement en 1995, la Conférence HABITAT II à Istanbul en 1996, avec la ratification d'Action 21, la Conférence intergouvernementale de l'UNESCO sur les politiques culturelles pour le développement, à Stockholm en 1998, la Conférence Banque mondiale/UNESCO : Comprendre la place de la culture dans le développement durable – Investir dans les biens culturels et naturels en 1998, la Conférence internationale sur le patrimoine mondial et l'architecture contemporaine, à Vienne en 2005, l'Assemblée générale de l'ICOMOS sur les monuments et sites dans leur milieu, à Xi'an en 2005, ainsi que l'Assemblée générale de l'ICOMOS sur l'esprit du lieu, à Québec en 2008.

## INTRODUCTION

1. Notre époque est le témoin de la plus grande migration humaine de l'histoire : les territoires urbains abritent désormais plus de la moitié de l'humanité. Ils jouent un rôle de plus en plus important en tant que moteurs de la croissance et en tant que centres d'innovation et de créativité ; ils offrent des possibilités d'emploi et d'éducation, et répondent à l'évolution des besoins et des aspirations des populations.

2. Cependant, une urbanisation rapide et mal maîtrisée pourrait entraîner un processus de fragmentation sociale et spatiale, une dégradation sévère de la qualité de l'environnement urbain et des espaces ruraux qui l'entourent. Ce phénomène peut être imputable notamment à une densité de construction excessive, à l'uniformisation et la monotonie du bâti, à la disparition de l'espace public et des équipements urbains, à l'inadaptation des infrastructures, à une pauvreté délétère, à l'isolement social et à un risque croissant de catastrophes naturelles liées au climat.

3. Le patrimoine urbain, dans ses éléments matériels et immatériels, constitue une ressource essentielle pour renforcer la qualité de vie des zones urbaines et encourager le développement économique et la cohésion sociale dans un environnement mondial en pleine mutation. L'avenir de l'humanité dépendant de la gestion et de l'aménagement efficaces des ressources, la conservation est devenue une stratégie pour parvenir à concilier croissance urbaine et qualité de vie sur des bases pérennes.

4. Au cours de la seconde moitié du XX<sup>e</sup> siècle, la conservation du patrimoine urbain s'est imposée comme un volet important des politiques publiques dans le monde entier, en réponse à la nécessité de préserver les valeurs partagées et de tirer parti du legs de l'histoire. Cependant, il reste encore à passer d'une optique privilégiant les monuments à une reconnaissance plus large de l'importance des processus sociaux, culturels et économiques dans la conservation des valeurs urbaines, avec le souci d'adapter les politiques existantes et de créer de nouveaux outils pour concrétiser cette vision.

5. La présente Recommandation répond à la nécessité de mieux inscrire et intégrer les stratégies de conservation du patrimoine urbain dans le cadre des objectifs plus larges du développement durable global, de façon à appuyer les initiatives publiques

et privées visant à préserver et à renforcer la qualité de l'environnement humain. Elle propose d'appliquer une approche fondée sur le paysage pour identifier, conserver, gérer et aménager les territoires historiques dans leur cadre urbain plus large, prenant en considération l'interdépendance de leurs formes physiques, leur organisation et leurs liaisons spatiales, leurs caractéristiques et leur environnement naturels ainsi que les valeurs sociales, culturelles et économiques qu'ils incarnent.

6. Une telle approche tient compte des impératifs qui guident les politiques, la gouvernance et la gestion associant les différentes parties prenantes – les acteurs publics et privés intervenant à l'échelon local, national, régional et international – dans le processus de développement urbain.

7. La présente Recommandation se fonde sur les quatre recommandations préalables de l'UNESCO relatives à la préservation du patrimoine, reconnaissant ainsi l'importance et la validité des notions et des principes qu'elles énoncent pour l'histoire et la pratique de la conservation. Elle s'appuie aussi sur les conventions et les chartes modernes, qui traitent des multiples dimensions du patrimoine culturel et naturel et constituent les fondements de la présente Recommandation.

## **I. DEFINITION**

8. Le Paysage urbain historique est le territoire urbain compris comme le résultat d'une stratification historique de valeurs et d'attributs culturels et naturels, dépassant les notions de « centre historique » ou d'« ensemble » historique pour inclure le contexte urbain plus large ainsi que son environnement géographique.

9. Ce contexte plus large comprend notamment, la topographie, la géomorphologie, l'hydrologie et les caractéristiques naturelles du site, son environnement bâti, tant historique que contemporain, ses infrastructures de surface et souterraines, ses espaces verts et ses jardins, l'occupation des sols et l'organisation de l'espace, les perceptions et les relations visuelles, ainsi que tous les autres éléments constitutifs de la structure urbaine. Il englobe également les pratiques et les valeurs sociales et culturelles, les processus économiques et les dimensions immatérielles du patrimoine en tant que vecteur de diversité et d'identité.



10. Cette définition constitue la base d'une approche globale et intégrée pour l'identification, l'évaluation, la conservation, la gestion et l'aménagement des paysages urbains historiques dans le cadre de leur développement durable.

11. L'approche fondée sur le paysage urbain historique vise à préserver la qualité de l'environnement humain, à renforcer la productivité et l'utilisation durable des espaces urbains tout en reconnaissant leur caractère dynamique et à favoriser la mixité sociale et fonctionnelle. Elle intègre les objectifs de conservation du patrimoine urbain et ceux du développement socio-économique. Elle repose sur une relation équilibrée et durable entre l'environnement urbain et le cadre naturel, et entre les besoins des générations présentes et futures et l'héritage du passé.

12. L'approche fondée sur le paysage urbain historique considère la créativité et la diversité culturelle comme des atouts essentiels pour le développement humain, social et économique et offre des outils pour gérer les transformations physiques et sociales et garantir des interventions contemporaines qui s'intègrent harmonieusement au patrimoine dans un environnement historique en tenant compte des contextes régionaux.

13. L'approche fondée sur le paysage urbain historique s'inspire des traditions et des perceptions des populations locales et promeut le respect de leurs valeurs, comme de celles des communautés nationales et internationales.

## **II. ENJEUX ET OPPORTUNITÉS POUR LE PAYSAGE URBAIN HISTORIQUE**

14. Les recommandations existantes de l'UNESCO reconnaissent l'importance du rôle que revêtent les territoires historiques dans les sociétés modernes. Elles identifient également un certain nombre de menaces spécifiques qui font obstacle à la conservation de ces territoires historiques et définissent des principes généraux, des orientations et des lignes directrices afin de répondre à tels défis.

15. L'approche fondée sur le paysage urbain historique reflète l'évolution considérable qu'ont connue la théorie et la pratique de la conservation du patrimoine urbain au cours des dernières décennies, permettant aux décideurs et aux gestionnaires d'aborder de façon plus efficace les nouveaux défis et opportunités. Cette approche soutient les populations dans leur effort de développement et

d'adaptation, tout en préservant les caractéristiques et les valeurs liées à leur histoire, à la mémoire collective et à leur environnement.

16. Ces dernières décennies, en raison de l'augmentation brutale de la population urbaine à l'échelle mondiale, de l'amplitude et de la rapidité du développement ainsi que de l'évolution économique, les implantations urbaines et leurs territoires historiques sont devenus des pôles et des moteurs de la croissance économique dans de nombreuses régions du monde et ont assumé un nouveau rôle dans la vie culturelle et sociale. Mais, par conséquent, elles ont également été soumises à toute une série de pressions nouvelles, parmi lesquelles :

#### *L'urbanisation et la mondialisation*

17. La croissance urbaine transforme l'essence même de nombreux territoires urbains historiques. Les évolutions mondiales ont un impact profond sur les territoires urbains et leur environnement et les valeurs qui leur sont associées par des populations qui s'y rattachent, ainsi que sur les perceptions et la réalité de leurs habitants et des usagers. L'urbanisation est porteuse de possibilités économiques, sociales et culturelles susceptibles d'améliorer la qualité de vie et les composantes traditionnelles du territoire urbain ; en revanche, des changements non maîtrisés dans la croissance et la densification urbaine constituent aussi une menace pour la signification du lieu, l'intégrité du tissu urbain et l'identité des populations. Certains territoires historiques urbains perdent parfois leurs fonctions et leurs rôles traditionnels et voient leur population décroître. L'approche fondée sur le paysage urbain historique peut aider à la gestion et à l'atténuation de ces phénomènes.

#### Développement

18. Plusieurs aspects de l'économie offrent des perspectives permettant d'atténuer la pauvreté urbaine et de favoriser le développement social et humain. L'accès facilité à des innovations telles que les technologies de l'information et les méthodes de planification, de conception et de construction durables peut contribuer à l'amélioration des territoires urbains, ainsi que de la qualité de la vie. Quand gérées de façon adéquate à travers l'approche fondée sur le paysage urbain historique, les nouvelles fonctions, notamment dans les secteurs des services et du tourisme, sont autant d'initiatives économiques qui peuvent contribuer au bien-être des populations

et à la conservation des territoires historiques urbains et de son patrimoine culturel, tout en veillant au maintien de la diversité économique, de la mixité sociale et de la fonction résidentielle. L'incapacité à tirer parti de ces opportunités engendre des villes non durables et non viables, tandis que leur exploitation inadéquate conjuguée à un développement mal maîtrisé conduit à la destruction du patrimoine et des pertes irremplaçables pour les générations futures.

### *L'environnement*

19. Les implantations humaines se sont constamment adaptées aux changements climatiques et environnementaux, notamment ceux qui résultent de catastrophes. Cependant, l'intensité et l'accélération des mutations actuelles représentent un défi considérable pour nos environnements urbains complexes. Les préoccupations environnementales, en particulier dans le domaine de la consommation de l'eau et de l'énergie, requièrent des approches et de nouveaux modèles pour la vie urbaine, fondés sur des politiques et des pratiques soucieuses d'écologie, qui visent à rendre les villes durables et à y améliorer la qualité de vie. Cependant, nombre de ces initiatives devraient intégrer le patrimoine naturel et culturel, en tant que ressources pour le développement durable.

20. Des modifications des territoires urbains historiques peuvent également résulter de catastrophes subites et de conflits armés. Elles peuvent n'être que temporaires mais avoir des effets à long terme. L'approche fondée sur le paysage urbain historique peut permettre de gérer et d'atténuer ces impacts.

### **III. POLITIQUES**

21. Les politiques contemporaines de conservation urbaine, telles qu'exprimées dans les recommandations et chartes internationales en vigueur, ont ouvert la voie à la sauvegarde des territoires urbains historiques. Cependant, les défis actuels et à venir exigent la définition et la mise en place d'une nouvelle génération de politiques publiques, visant à identifier et protéger la stratification historique et l'équilibre des valeurs culturelles et naturelles dans les environnements urbains.

22. La conservation du patrimoine urbain devrait être intégrée dans les politiques et pratiques générales d'aménagement urbain et celles se rapportant au contexte urbain élargi. Ces politiques devraient élaborer des mécanismes permettant de

concilier la conservation et la durabilité à court et long termes. Une attention particulière devrait être portée à une intégration harmonieuse des interventions contemporaines au tissu urbain historique. En particulier, les responsabilités des différents acteurs sont les suivantes :

a) Les États membres devraient intégrer les stratégies de conservation du patrimoine urbain dans leurs politiques et programmes nationaux de développement, en appliquant l'approche fondée sur le paysage urbain historique. Dans ce cadre, les autorités locales devraient préparer des plans d'aménagement urbain qui prennent en compte les valeurs du territoire, dont les valeurs paysagères et autres valeurs patrimoniales, et les caractéristiques qui en découlent.

b) Les acteurs publics et privés devraient coopérer, entre autres dans le cadre de partenariats, afin d'appliquer de façon efficace l'approche fondée sur le paysage urbain historique.

c) Les organisations internationales qui se préoccupent de développement durable devraient intégrer l'approche fondée sur le paysage urbain historique dans leurs stratégies, plans et opérations.

d) Les organisations non gouvernementales nationales et internationales devraient participer à la mise au point et à la diffusion d'outils et de bonnes pratiques pour la mise en œuvre de l'approche fondée sur le paysage urbain historique.

23. Les pouvoirs publics à tous les échelons, local, fédéral/national, régional, conscients de leurs responsabilités, devraient contribuer à la définition, à la conception, à la mise en place et à l'évaluation des politiques de conservation du patrimoine urbain. Ces politiques devraient être fondées sur une large concertation entre tous les acteurs du territoire et coordonnées tant au niveau institutionnel qu'au niveau sectoriel.

#### **IV. OUTILS**

24. L'approche fondée sur le paysage urbain historique implique la mise en œuvre d'une gamme d'outils interdisciplinaires, aussi bien traditionnels qu'innovants, adaptés aux contextes locaux. Certains de ces outils, qui doivent encore être conçus via un processus impliquant les différentes parties prenantes, pourraient inclure :

a) **Les outils de participation citoyenne** devraient impliquer les diverses parties prenantes et leur permettre d'identifier les valeurs essentielles dans leur territoire urbain, de formuler une vision qui reflète leur diversité, de fixer des objectifs et de se mettre d'accord sur des actions pour sauvegarder leur patrimoine et promouvoir le développement durable. De tels outils, qui constituent une partie intégrante des dynamiques de gouvernance urbaine, devraient favoriser le dialogue interculturel en prenant en compte l'histoire des populations, leurs traditions, leurs valeurs, leurs besoins et leurs aspirations, et en facilitant la médiation et la négociation entre des groupes aux intérêts divergents.

b) **Les outils de connaissance et de planification** devraient aider à protéger l'intégrité et l'authenticité des attributs du patrimoine urbain. Ils devraient également permettre la reconnaissance de la signification et de la diversité culturelles, et faciliter le suivi et la gestion du changement afin d'améliorer la qualité de vie et de valoriser l'espace urbain. Ces outils incluraient la documentation et la cartographie des caractéristiques culturelles et naturelles. Les études d'impact patrimonial, social et environnemental devraient être utilisées pour aider à la prise de décision dans une perspective de développement durable.

c) **Les systèmes de réglementation** devraient refléter les contextes locaux et pourraient inclure des mesures législatives et réglementaires visant à conserver et gérer les attributs matériels et immatériels du patrimoine urbain, y compris leurs valeurs sociales, environnementales et culturelles. Les systèmes traditionnels et coutumiers devraient être reconnus et renforcés, si nécessaire.

d) **Les outils financiers** devraient viser à renforcer les capacités techniques et à appuyer un développement innovant enraciné dans la tradition et générateur de ressources. Outre les fonds publics et les financements provenant des organismes internationaux, les outils financiers devraient être employés efficacement pour promouvoir des investissements privés au niveau local. Le microcrédit et d'autres modalités de financement souples destinés à soutenir les entreprises locales ainsi que différentes formules de partenariats sont également déterminants pour que l'approche fondée sur le paysage urbain historique soit financièrement viable.

## **V. RENFORCEMENT DES CAPACITÉS, RECHERCHE, INFORMATION ET COMMUNICATION**

25. Le renforcement des capacités devrait concerner les principales parties prenantes – les populations, les décideurs, les professionnels et les gestionnaires – afin de favoriser la compréhension de l’approche centrée sur le Paysage urbain historique et sa mise en œuvre. L’efficacité de tels efforts implique une coopération active entre ces différents acteurs, de façon à adapter la mise en œuvre de la présente Recommandation aux contextes régionaux et à pouvoir définir et préciser des stratégies locales et des objectifs, des cadres d’action et des mécanismes de mobilisation des ressources.

26. La recherche devrait cibler la stratification complexe des ensembles urbains afin d’identifier les valeurs qui s’y rattachent et de comprendre l’importance que leur attribuent les populations, et de permettre de les présenter de manière compréhensible aux publics. Les institutions académiques et universitaires et autres centres de recherche devraient être encouragés à développer des programmes de recherche scientifique sur des aspects de l’approche fondée sur le paysage urbain historique et à coopérer à l’échelle locale, nationale, régionale et internationale. Il est essentiel de documenter l’état des zones urbaines et leur évolution, de faciliter l’évaluation des propositions de transformation et d’améliorer les connaissances et les processus de protection, de gestion et d’aménagement.

27. Il faudrait encourager l’usage des technologies d’information et de communication pour documenter, comprendre et présenter la stratification complexe du territoire urbain et leurs éléments constitutifs. La collecte et l’analyse de ces données sont une partie importante de la connaissance des territoires urbains. Afin d’atteindre tous les segments de la population, il est particulièrement important de cibler les jeunes et tous les groupes sous-représentés afin d’encourager leur participation.

## **VI. COOPÉRATION INTERNATIONALE**

28. Les États membres et les organisations internationales gouvernementales et non gouvernementales devraient faciliter la compréhension du public et son implication dans la mise en œuvre de l’approche fondée sur le paysage urbain historique en diffusant les meilleures pratiques et les enseignements tirés des

différentes régions du monde, afin de renforcer le réseau de partage des connaissances et d'intensifier le développement des capacités.

29. Les États membres devraient également promouvoir la coopération internationale entre les autorités locales.

30. Les agences internationales de développement et de coopération internationale des États membres, les organisations non-gouvernementales et les fondations devraient être encouragées à développer des méthodologies prenant en compte l'approche fondée sur le paysage urbain historique et à les harmoniser avec leurs programmes et projets d'assistance relatifs aux territoires urbains.